

A INDÚSTRIA E O ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA NO CONTEXTO DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

5 - Dinâmica urbana

Mesquita, Fernando¹; Andreozzi, Sylvio Luiz²

1 - Universidade Estadual de Campinas – Brasil

2 – Universidade Federal de Uberlândia – Brasil

1. INTRODUÇÃO

À medida que a economia é impulsionada através do crescimento da produção industrial uma nova reorganização do espaço se torna essencial para fornecer o suporte necessário ao desenvolvimento dessa atividade, o que é responsável por garantir no território a criação de novas regiões industriais que passam a integrar o sistema produtivo nacional.

Essa condição, em um país de dimensões continentais como o Brasil, influencia no desenvolvimento econômico de determinadas regiões, enquanto outras, ou se mantêm com relativa estagnação, ou buscam o crescimento econômico por meio de outras atividades, dinâmica que conserva estabelecimentos industriais concentrados a uma pequena parcela do território, alavancando assim, os desequilíbrios regionais que freqüentemente se caracterizam como um dos maiores problemas do país.

Tal processo ocorreu ao longo da formação econômica do país, sobretudo devido às fases de concentração na cidade de São Paulo, principalmente de 1930 a 1970, e de desconcentração industrial, a partir de 1970. No entanto, esse último período, que a princípio remete à idéia de expansão territorial, se caracteriza mais apropriadamente como uma reorganização concentrada da indústria em alguns pólos de crescimento, que recebiam influência direta dos eixos rodoviários que ligavam a Região Metropolitana de São Paulo ao interior paulista e outras regiões próximas, como é o caso da cidade de Uberlândia, localizada no estado de Minas Gerais que se mostrou como um dos mais importantes pólos de atração da indústria no decorrer da década de 1970.

Dessa forma, Uberlândia – mesmo podendo ser considerada como uma área previamente atrativa a alguns setores industriais – passou a participar efetivamente dos processos de industrialização do Brasil, sobretudo na década de 1970, a qual corresponde ao auge da desconcentração, tendo assim, que direcionar significativos investimentos na adequação de seu espaço urbano à atividade industrial alterando significativamente a dinâmica de urbanização e produção do espaço.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O capital proveniente da industrialização, por ser um dos que trabalham com maior margem de lucros, apresenta grande força dentro do sistema capitalista, sendo muitas vezes capaz de submeter os capitais comerciais, financeiros e rurais às suas exigências, além de influenciar nas decisões políticas, para desse modo, induzir a criação de condições físicas para o seu desenvolvimento, as quais vão se basear desde a organização regional, a uma estruturação da cidade que passa a ser planejada de acordo com seus interesses.

Para Marx (1996, p. 275) o capital industrial funciona como o “dinheiro, que se transforma em mercadoria e por meio da venda de mercadoria retransforma-se em mais dinheiro”. Essa dinâmica pode induzir uma acumulação de capital ou a estagnação de acordo com as condições na qual está inserida, isso ocorre devido à dependência da indústria na integração em um sistema produtivo.

De acordo com Harvey (2005, p. 45) a acumulação capitalista, ao qual vai alavancar o capitalismo industrial, depende principalmente da:

- 1) Existência de um excedente de mão de obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a extensão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho, mediante, por exemplo, o estímulo ao crescimento populacional (...).
- 2) A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infra-estrutura e assim por diante –, que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido.
- 3) A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou se não existir demanda efetiva (a necessidade retraída pela incapacidade de pagamento), então desaparecerão as condições para a acumulação capitalista

Essas questões implicam em uma organização necessária do espaço que ocorre sob a influência do sistema capitalista, onde as cidades assumem função primordial, devido às diversas vantagens que esses lugares proporcionam ao capitalismo industrial, conforme afirmam Carlos e Pintaudi (1995, p.5) “não seria compreensível a indústria sem a cidade que, como centro de inovação, é o motor de seu crescimento e desenvolvimento”.

As cidades são assim responsáveis por impulsionar o rápido crescimento da atividade industrial, o que por sua vez, conforme demonstra Carlos (1997, p.38), traz na sua dinâmica “mudanças significativas, tanto no que se refere ao modo de vida da população, quanto ao processo espacial”, pois, “a atividade industrial assume o papel de comando na reprodução do espaço” (*ibidem*, p.38).

Dessa forma, a análise do papel do crescimento da atividade industrial sobre a estrutura do meio urbano deve ser direcionada para uma urbanização específica, na qual esse processo provoca, pois conforme explica Sposito (1991, p.50) a urbanização proveniente da industrialização

não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passam a viver em cidades, mas sobretudo porque o capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna dessas cidades

Para Santos (1993, p.27) o Brasil passaria pelo processo de urbanização com forte influência da indústria a partir dos anos 1940-1950, período no qual, como defende o autor, o próprio termo industrialização deve passar a ter

uma ampla significação, como processo social complexo, que tanto influi a formação de um mercado nacional, quanto aos esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida das relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização.

Outro ponto importante de considerar sobre a industrialização brasileira é o próprio caráter do capitalismo nesse país, pois como afirma Bresser-Pereira (1998, p. 45) “a formação social brasileira não é apenas capitalista. É capitalista monopolista. Na economia brasileira, jamais se constituiu o modelo do capitalismo puro”. A questão monopolista implica uma nova organização espacial ressaltada por Santos (1993, p.102), onde

o capital monopolista supõe, dentro e fora da cidade, a utilização de recursos maciços. De um lado, é preciso dotar as cidades de infra-estruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo e à circulação interna dos agentes e dos produtos. De outro, para atingir o mercado nacional, é exigida uma rede de transportes que assegure a circulação externa.

Dessa forma, no Brasil, com o processo de desconcentração industrial, determinadas cidades se tornaram locais de interesse para alguns setores da indústria, em especial proveniente da capital paulista. Isso seria responsável por garantir um novo processo de urbanização para o interior brasileiro e um novo desenvolvimento técnico em cidades brasileiras, que até então estavam a margem do crescimento econômico do país.

Nesse sentido, a indústria passou a ser responsável direta pelo desenvolvimento econômico e urbano de um maior número de cidades, como foi o caso de Uberlândia, a qual passou por um elevado crescimento da produção e transformação industrial na década de 1970. Dessa forma, para compreender a formação urbana de cidades como Uberlândia é fundamental aprofundar-se no estudo da industrialização, pois como já demonstrado por Castells (1977, p. 14) “no hay un análisis posible de la producción del espacio que no integre el estudio de la producción del espacio industrial y de los efectos de este espacio sobre el conjunto de la estructura urbana”.

3. DESCONCENTRAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

A indústria brasileira durante suas primeiras fases se manteve concentrada principalmente na cidade de São Paulo devido, sobretudo aos interesses políticos e vantagens econômicas que prevaleceram até então. No entanto, a partir de anos de 1970, a lógica de industrialização se modifica, exigindo uma nova organização do espaço para o aumento da produtividade, passando assim, a intensificar sua influência em outras regiões do país, principalmente onde se mantinha uma relação econômica mais estreita com a Região Metropolitana de São Paulo, como é o caso do interior paulista e parte dos estados de Minas Gerais e Paraná.

Nesse período, que vai até meados da década de 1980, a tecnocracia estatal, aliada aos interesses da burguesia industrial, adotou uma estratégia diferenciada para o desenvolvimento econômico, que exigia uma nova organização planejada das regiões industriais, buscando, dentro de um campo limitado, uma maior integração da economia. Dessa maneira, logo no início da década o I PND (1970-1974) (*apud* PIQUET, 2007, p.53) demonstrava a necessidade de se

criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas da população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação tecnológica e a perpetuação de um drama social intolerável. (I PND *apud* PIQUET, 2007, p.53)

De acordo com Singer (1980) essa lógica de regionalização industrial ocorre principalmente devido aos problemas da concentração da indústria em um só lugar. Onde, conforme demonstra o autor (*idem*, , p.75) a

tendência do mercado à superconcentração resulta do livre funcionamento dos mecanismos de mercado, que protege as micro-decisões locais de

suas conseqüências macro-econômicas. Mas, quando tais conseqüências se tornam econômica e politicamente insuportáveis, o estado capitalista pode intervir e tem intervindo nos mecanismos de mercado, no sentido de descentralizar espacialmente a acumulação de capital.

Dessa forma, é importante destacar que a organização territorial influenciada pelo processo de desconcentração industrial foi incentivada não só por interesses políticos, mas principalmente por uma questão econômica, pois, o modelo de substituição de importações até então implantado havia entrado em crise, o que impulsionou uma nova estratégia para elevar as taxas de crescimento. Nesse aspecto o país deveria passar a investir em outros setores da economia, tais como: grandes projetos hidroelétricos e siderúrgicos; elevações nas exportações de minerais e produtos metalúrgicos; e também, em insumos básicos, por exemplo, fertilizantes, papéis e álcool.

Assim, conforme demonstra Piquet (2007, p.64):

Os novos setores implantados apresentavam uma lógica de localização espacial diversa dos que até então haviam liderado nosso processo de industrialização. Tal fato resulta na elaboração de um discurso político que pressupõe a necessidade imperiosa da “integração nacional” e da “desconcentração industrial”, quando na verdade, os mentores do II PND buscavam viabilizar as novas metas setoriais programadas.

Nesse momento a industrialização brasileira passaria por uma organização espacial mais abrangente, mas ainda dependente da Região Metropolitana de São Paulo, limitando a liberdade locacional da indústria a uma determinada área inserida numa “região industrial produtiva” que passaria a ser intensificada nesse período, desse modo Azzoni (1985, p.65) explica que: “a localização da produção ganha maiores graus de liberdade dentro de uma certa distância do centro, desde que se possa continuar a contar com o ‘ambiente industrial’ desse centro”.

Essa distância vai variar de acordo com o desenvolvimento técnico-científico no espaço dos fluxos, ao qual vai ser responsável por permitir a circulação de mercadorias em uma maior área territorial, sem necessariamente agregar um alto valor ao produto final. Esse sistema de transportes, juntamente com a urbanização proveniente da industrialização que já despontava em algumas cidades do interior do país antes de 1970, passou a criar o ambiente adequado para a criação de regiões produtivas determinada pelos eixos rodoviários que ligavam a RMSP com outros centros.

Um dos principais eixos seria formado pela Rodovia Anhanguera, responsável por levar o desenvolvimento econômico além do interior paulista devido ao seu prolongamento na Rodovia BR-050, incluindo numa lógica de industrialização semelhante os pólos de Campinas, Ribeirão Preto, Uberaba e Uberlândia, conforme ilustra a Figura 01.

FIGURA 01. O EIXO DE DESENVOLVIMENTO SÃO PAULO – UBERLÂNDIA COM OS PRINCIPAIS PÓLOS DE CRESCIMENTO



Fonte: Google Mapas

Com exceção feita a RMSP, de onde provinha uma significativa parte das indústrias, esse eixo foi beneficiado pela busca de novos lugares para a implantação de estabelecimentos industriais, que pela lógica seguida incentivou o desenvolvimento industrial polarizado em Campinas, Ribeirão Preto, Uberaba e Uberlândia, conforme demonstrado pela Tabela 01:

TABELA 01. DESEMPENHO DA INDÚSTRIA NAS MICRORREGIÕES DO EIXO SÃO PAULO – UBERLÂNDIA POR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, FUNCIONÁRIOS E PARTICIPAÇÃO NO VTI DO ESTADO E EVOLUÇÃO

Microrregiões	Número de estabelecimentos			Número total de funcionários			% da participação no VTI estadual		
	1970	1980	Evol. %	1970	1980	Evol. %	1970	1980	Evol. %
RMSP	25.788	33.369	29,4	906.907	1.463.766	61,4	74,5	62,81	-15,8
Campinas	3.085	3.950	28,0	71.201	159.180	123,6	5,3	9,1	71,2
Rib. Preto	1004	1.284	27,9	13.728	27.320	99,01	0,8	1,0	32,0
Uberaba	427	651	52,5	3.327	8.520	156,1	1,0	4,2	325,4
Uberlândia	737	1.004	36,2	5.246	15.166	189,1	3,5	3,7	6,0

Fonte: Censo Industrial de São Paulo, 1970 e 1980 e Censo Industrial de Minas Gerais, 1970 e 1980

Desse modo, o desenvolvimento industrial durante o período de 1970 a 1980 – ao qual, Cano (2008) denomina “desconcentração virtuosa” – não ocorreu de forma particular em Uberlândia, mas em cidades que assumiram igualmente a posição de pólos de crescimento. Essa forma de ocupação está presente na estratégia de integração do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ao defender que o investimento “principalmente na zona rural” deve “tirar vantagem de economias de escala, economias externas” e de “economias de aglomeração”, sendo assim realizados em “pólos, distritos agroindustriais ou outras formas”. (II PND, 1974, p.60)

Esses núcleos, ao passarem por um processo de aumento da produtividade industrial, apresentaram variações em diversos setores do espaço urbano, em especial devido ao aumento do número de habitantes em decorrência da maior oferta de empregos, exigindo uma modernização na infra-estrutura das cidades. Além disso, há uma ampliação do mercado consumidor, responsável por incentivar o desenvolvimento de outros tipos de capitais, como o comercial e o agrícola, que vão reestruturar o processo de urbanização nessas cidades.

Assim, Uberlândia por se tratar de uma cidade onde, antes de 1970, já havia uma pequena atividade industrial, se tornou durante os anos de desconcentração um interessante local para se produzir, passando assim, a integrar-se efetivamente a economia brasileira, o que ao mesmo tempo, exigia um processo de urbanização diferente daquele que havia sido adotado até esse momento.

4. ANÁLISE DO CASO DE UBERLÂNDIA-MG

O processo industrialização e urbanização, ocorrido em Uberlândia entre os anos de 1970 a 1980, são responsáveis por conduzir essa cidade a uma nova lógica de integração no sistema brasileiro, estreitando as suas ligações com a RMSP e as demais zonas polarizadas. Fator esse, responsável por elevar os fluxos de capitais e pessoas nessa cidade.

Esse aumento na produtividade, embora tenha ocorrido de forma expressiva também em Uberaba, foi fundamental para Uberlândia expandir o seu mercado e conquistar a hegemonia econômica do Triângulo Mineiro, se apoiado no fortalecimento do capital comercial, devido aos grandes centros atacadistas, e do capital rural, que se tornou mais competitivo com os diversos planos de modernização agrícola do cerrado, implantados nessa década. Isso demonstra que a formação urbana de Uberlândia está associada a diversos outros fatores além da indústria, mas que não deixam de ter uma relação muito estreita com essa atividade, que mostra a forte interferência que essa atividade passa a ter na produção do espaço.

Nesse ponto, para fins práticos separamos a análise entre a indústria e o espaço urbano em Uberlândia, o que possibilita uma análise específica desses processos. No entanto, é importante destacar as simultaneidades e interdependências que relacionam essas questões.

4.1. A Indústria

Devido à lógica setorial do processo de desconcentração, a cidade de Uberlândia não foi beneficiada com um crescimento industrial homogêneo, pelo contrário, o aumento da produtividade nos anos 1970 se refere a alguns setores que adquiriam novos e importantes significados locais na economia nacional, aproveitando das vantagens oferecidas por outras regiões, como foi o caso o setor de bens de consumo intermediários em Uberlândia. A tabela 02 demonstra algumas das características dessa

industrialização, onde por meio da associação dessas informações pode-se ter uma compreensão mais clara sobre o processo de industrialização ocorrido em Uberlândia de 1970 a 1980.

TABELA 02. DESEMPENHO SETORIAL DA INDÚSTRIA EM UBERLÂNDIA-MG NOS ANOS DE 1970 E 1980, COM DESTAQUE AO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO, PESSOAL TOTAL OCUPADO E A REPRESENTATIVIDADE SOBRE O VALOR DA PRODUÇÃO.

Setores da indústria	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor da Produção %	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Bens de Consumo Não Duráveis	172	240	1759	5037	56,05	55,97
Extração de minerais	09	07	34	34	0,07	0,04
Mobiliário	21	17	109	343	0,35	0,63
Produtos farmacêuticos e veterinários	02	01	(-)	(-)	(-)	(-)
Perfumaria, sabões e velas	01	01	(-)	(-)	(-)	(-)
Têxtil	01	06	(-)	392	(-)	6,24
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	18	53	146	1.062	0,86	2,28
Produtos alimentares	98	124	1.271	2.669	53,59	44,74
Bebidas	06	05	69	190	0,6	1,18
Fumo	(-)	01	(-)	(-)	(-)	(-)
Editorial e gráfica	16	25	130	347	0,58	0,86
Bens de Consumo Intermediários	70	130	611	2129	3,97	39,3
Produtos de minerais não metálicos	24	51	220	739	0,91	1,59
Metalurgia	22	42	275	818	2,39	2,96
Madeira	11	10	44	46	0,13	0,06
Papel e papelão	02	03	(-)	57	(-)	0,41
Borracha	03	06	31	76	0,19	0,37
Couro, peles e produtos similares	01	04	(-)	25	(-)	0,35
Produtos de matérias plásticas	04	03	23	54	0,14	0,13
Química	03	11	18	314	0,21	33,43
Bens de Capital e Consumo Duráveis	82	66	391	942	39,99	4,71
Mecânica	49	34	210	386	38,89	0,95
Material elétrico e de comunicações	12	05	32	30	0,21	0,11
Material de transporte	12	20	99	401	0,55	1,42
Diversas	09	07	50	125	0,34	2,23
Total	324	436	2.889	9.508	100	100

Fonte: IBGE – Censos Industriais de 1970 e 1980

Com esses novos estabelecimentos industriais, a cidade de Uberlândia aumentaria a participação de sua indústria em relação ao restante do estado de Minas Gerais, em relação ao valor da produção industrial e valor da transformação, que em 1970 correspondiam, ambos, a 0,9%, já no ano de 1980 esses valores passariam a representar respectivamente, 2,9% e 2,8%, sobre a produtividade e transformação da indústria mineira. É importante destacar que nessa década o estado de Minas Gerais se caracteriza como um dos principais beneficiados da desconcentração produtiva.

Conforme demonstra a tabela 02 esse crescimento deve-se em especial a indústria química, que passou em 1970 representava apenas 0,21% da produção industrial e em 1980 passou a representar 33,43% desse valor. Nesse setor é importante destacar que devido ao relativamente baixo aumento no número de estabelecimentos, que passou de 03 para um total de 11, pode-se considerar que houve a implantação de grandes empreendimentos, com maior grau de tecnologia e produção.

Paralelamente o interior paulista também deu suporte a um grande crescimento da indústria química, que em 1970 correspondia a 34,3% do Valor da Transformação Industrial e em 1980 representava 60,6%.

De acordo com Negri (1996, p.182) a criação de leis estaduais nos anos de 1970, preocupadas com a questão ambiental na Região Metropolitana de São Paulo, constituiu-se “em fator inibidor de ampliação de fábricas e instalação de novas unidades industriais que, de alguma forma, pudessem agravar a poluição ambiental ou mesmo comprometer ainda mais os principais mananciais hídricos da metrópole”. Isso, parcialmente explica o aumento da indústria química tanto no interior paulista, quanto no Triângulo Mineiro, devido à lógica de participação similar dessas regiões na atração de setores poluentes.

Outro fator importante é o declínio na participação produtiva das indústrias de bem de capital, ao qual, se deve, sobretudo a grande redução ocorrida na indústria mecânica. A redução nesse setor demonstra uma particularidade na industrialização de Uberlândia, pois não houve similar queda no interior paulista, que pelo contrário, conheceu um pequeno aumento. No entanto, pode-se considerar o declínio da indústria de bens de capital em Uberlândia como uma reestruturação e divisão regional da produtividade, na qual, durante a década de 1970, faria com que esse pólo de crescimento se destinasse a produção de bens de consumo não duráveis e intermediários.

No entanto à grande queda indicada no caso da indústria mecânica, que passou de uma representatividade no valor da produção de aproximadamente 39% para apenas 1% em apenas 10 anos, torna necessário uma abordagem mais específica sobre esse caso especial para se demonstrar os motivos particulares dessa queda.

Já o grupo de bens de consumo não duráveis, beneficiado pelos planos de modernização agrícola do cerrado e desenvolvimento das agroindústrias, continuou sendo a principal produtor de Uberlândia. Esse setor, que faz parte da formação econômica dessa cidade, não se prejudicou com a lógica de reorganização da produção nacional, adquirindo importância parcialmente como consequência do aumento do mercado consumidor local, o que continuou beneficiando, em especial, o setor de produção de alimentos.

Desse modo, o crescimento polarizado garantiu a Uberlândia um desenvolvimento setorial na indústria, ao qual influenciou simultaneamente grandes perdas e ganhos na atividade industrial. Isso caracteriza a reestruturação produtiva ocorrida em um intervalo relativamente curto de 10 anos, demonstrando forte influência do processo de desconcentração industrial, o que implicou em uma necessidade de

rápida reestruturação do espaço urbano na cidade para dar suporte a essa nova lógica de produção.

4.2. O Espaço Urbano

A produção do espaço em Uberlândia buscou acompanhar a intensidade do crescimento na indústria, enfrentando a dificuldade de fornecer a infra-estrutura necessária ao desempenho positivo dessa atividade, como disponibilidade de energia elétrica, maior eficiência no sistema transportes, aprimoramento nas comunicações, entre outros fatores. Simultaneamente seria necessário tornar a cidade apropriada para a demanda demográfica que a industrialização provocava. A Tabela 03 demonstra a evolução dessa população ao longo da história de Uberlândia.

TABELA 03. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO EM UBERLÂNDIA E O NÚMERO TOTAL.

Ano	Urbana	Rural	Total
1940	22.123	20.056	42.179
1950	35.799	19.185	54.874
1960	71.717	16.565	88.282
1970	111.466	13.240	124.706
1980	231.598	9.363	240.961
1996	431.744	7.242	438.986
2006*	585.719	14.649	600.368

Fonte: De 1940 a 1980: Censo Demográfico de MG – 1940-195-1960-1970-1980 *apud* SOARES, 1988.
De 1996 e 2006: IBGE *apud* BDI Uberlândia Vol. 1, 2007, p.31.

* O ano de 2006 corresponde a uma estimativa.

Conforme apresentado pela tabela 03, Uberlândia passou um significativo aumento populacional na década de 1970. Enquanto a população total registrou de 1970 a 1980 um crescimento de aproximadamente 93%, a população urbana cresceu 108%, passando de 89% em 1970 para um total de 96% em 1980.

Esse aumento se deve parcialmente a oferta direta de empregos oferecidos pelo setor industrial, de acordo com a tabela 02 criou 6.619 vagas, registrando aumento de 229% da população empregada pela indústria entre 1970 e 1980. Nessa década, o grupo que ofereceu com maior oferta de empregos foi o de bens de consumo não duráveis, com a criação de 3.287 vagas, fazendo com que em 1980 correspondesse a aproximadamente 53% da mão-de-obra industrial uberlandense. O setor de bens de consumo intermediários, embora tenha sido o que mais cresceu não foi responsável pela elevar o número de empregos da mesma forma que elevou a capacidade produtiva, realizando a criação de 1.518 novos empregos, que lhe fez registra em 1980, 22% dos trabalhadores da indústria nessa cidade. Esse processo no geral foi responsável por fazer com que a mão-de-obra destinada a indústria em Uberlândia passasse de uma representatividade de 2,6% da população urbana, em 1970, para 4,1% no ano de 1980.

A relação estabelecida nos setores do grupo intermediário entre o aumento da produtividade e a criação de um menor número de empregos demonstra a vinda de indústrias com maior capacidade tecnológica, na qual necessita de uma mão-de-obra mais qualificada capaz de dar suporte aos processos de inovação. Nesse caso, o investimento em instituições de ensino superior, como forma de qualificação da mão-de-obra local e redução da dependência de outros centros, foi uma das medidas tomadas

pelo plano político, com a federalização da Universidade de Uberlândia – UnU (1969) a qual tornou-se Universidade Federal de Uberlândia – UFU em 1978.

Dessa forma, além da oferta de trabalho ligada diretamente a atividade industrial, outros setores foram favorecidos com esse processo, devido à necessidade de uma maior circulação de mercadorias, criando mais empregos indiretamente ligados a produção, como no conseqüente crescimento do capitalismo comercial, com a criação de novos supermercados, bancos, escritórios de acessória, restaurantes, hotéis, entre outros serviços que vão garantir a continuidade do crescimento populacional e urbano em Uberlândia.

Além reestruturar espaço urbano para a nova leva demográfica foi necessário organizá-lo também para os novos estabelecimentos industriais, que passou de 324 em 1970 para 436 em 1980, ou seja, enquadrar na cidade as 112 novas fábricas de acordo com as particularidades locacionais de cada um, levantando em conta questões como a produção de barulho, fumaças, resíduos poluente e outros aspectos, que deveriam levá-las para uma área mais distanciada do pontos de moradia. Assim, uma parte dessas indústrias foi levada ao norte da cidade, em uma área até então distante das zonas habitacionais, onde havia se efetivado em 1973 o Distrito Industrial de Uberlândia. Esse distrito, além de prover o suporte físico, fornecia diversos estímulos e incentivos fiscais, onde de acordo com Soares (1998, p.74), já em sua implantação o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal concederam:

gratuidade de parte substancial do terreno, isenção de impostos municipais durante 10 anos, terraplanagem inicial gratuita, infra-estrutura básica do projeto, assessoria econômica e técnica, financiamentos à longo prazo pelo BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Com a implantação do Distrito Industrial houve uma indução direta da industrialização sobre a expansão urbana em Uberlândia, ao levar essa para “o sentido norte, centralizando diversos serviços auxiliares a indústria e também à agropecuária”. Além de induzir a criação de bairros operários ao seu redor, devido as facilidade de locomoção. (*ibidem*, p.79)

A urbanização de Uberlândia, na qual pode ser considerada como uma realização tendo como base medidas imediatistas para atender às novas exigências da burguesia industrial, ocasionou um intenso sistema de fluxos de veículos e populacionais que devido à rápida urbanização, pouco pode ser planejado pensando na qualidade de vida da população nos anos posteriores.

No entanto, a década de 1970 teve aspectos positivos na cidade, que parcialmente, podem ser avaliados através do aumento no IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que passou de 0,567 em 1970 para 0,746 em 1980 (Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000 *apud* BDI, 2007, p.354). Isso ocorre, em partes, pelo desenvolvimento econômico induzido pela industrialização, que contribui para: a formação de uma classe média com melhores condições de vida e com mais recursos para consumir; pela atração de novos profissionais qualificados, para trabalhas em cargos privilegiados; a ascensão econômica de empresas e grupos locais; a oferta de emprego e investimentos; que juntos contribuem para um desenvolvimento social que acompanha o processo de industrialização.

Assim, várias áreas da cidade surgiram devido a uma nova dinâmica industrial, a qual induz uma organização sócio-espacial que contribua para a acumulação de capital e possibilite o desenvolvimento do capitalismo industrial. Nesse ponto, com os investimentos no espaço urbano a cidade de Uberlândia passaria não apenas a dar

suporte a indústria nos anos de 1970, mas também a integrar o processo econômico nacional na qualidade de um dos principais pólos de crescimento do interior do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de industrialização em Uberlândia durante o “auge” da desconcentração industrial ocorreu de forma intensa devido aos interesses locais que estavam associados a uma nova lógica de reestruturação no país, a qual buscava com a criação de pólos de crescimento estabelecer um novo parâmetro produtivo e de consumo, fortalecendo a indústria no interior do país e ao mesmo tempo manter a RMSP para as indústrias de alta-tecnologia.

É certo que a partir de 1980 o país entraria em um novo período caracterizado por uma desaceleração econômica resultante da crise adquirida, sobretudo na década de 1970, quando o país utilizou de recursos estrangeiros para incentivar sua industrialização, deixando o país com uma grande dívida em relação às organizações estrangeiras. Nesse período, Uberlândia entraria em um novo modelo de organização espacial, onde juntamente a guerra fiscal ganharia força a desenvolvimento adquirido na década anterior.

O processo de industrialização e urbanização ocorrido em Uberlândia pode ser encontrado de forma semelhante em outras cidades, que se qualificaram como pólos de crescimento, especialmente no interior paulista, o que, entretanto não permite a realização de generalizações sobre esse processo, sendo assim, necessário o estudo de casos particulares que juntos possam abranger sobre as particularidades presentes na interiorização e regionalização econômica do país.

6. REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 3. Ed. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e indústria*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- CARLOS, A. F. A.; PINTAUDI, S. Espaço e Indústria no Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 57, n. 1, p. 05-23, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *Sociologia del espacio industrial*. Tradução de Carmem Gavira. Madrid: Ayuso, 1977.
- GOOGLE. *Google Earth*. Disponível em < <http://earth.google.com/> > acesso em 2008.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos Industriais de 1970 e 1980*. Rio de Janeiro, vários anos.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1889-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996
- PIQUET, Rosélia. *Indústria e território no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975 – 1979*. Brasília, 1974
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SINGER, Paul. *Economia política de urbanização*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. 1988, 290 f.223, Dissertação (Mestrado em geografia humana) USP, São Paulo, 1988.
- UBERLÂNDIA. *Banco de Dados Integrados - BDI*. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2007